Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 86, nº 4-6, abril-junho/1968, pp. 125-138

PARA UMA CONVERGÊNCIA LUSO-BRASILEIRA (*)

ADRIANO MOREIRA

Director do Instituto Superior
de Ciências Sociais e Política Ultramarina
Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

1. Não há certamente palavra mais usada no nosso tempo do que a palavra «crise». Em todos os domínios, no âmbito de todas as experiências, aparece constantemente como um refúgio apaziguador da angústia, da perplexidade, e também das esperanças ansiosas com que os homens defrontam os desafios da nossa época, caracterizada por uma explosão da ciência e da técnica. Uma explosão crítica que nos mergulhou na física atómica, na biologia molecular e na cibernética, levando-nos, numa só geração, de uma idade a outra da humanidade. A geração que já era adulta em 16 de Julho de 1945, data em que, no deserto do Arizona, se elevou o primeiro cogumelo atómico, é a mesma que está hoje defrontando a destruição e transformação dos valores científicos, culturais, filosóficos, morais, espirituais, que presidiam ao mundo dos anos da sua formação, e que se afundam ràpidamente de mais para que se lhes encontrem sempre e imediatamente substitutivos.

Ortega diagnosticou o clima desta mudança, mas ele próprio não soube, por experiência, como estávamos destinados a travar uma constante batalha de rectificação de ideias e de conceitos. Esta complexidade crescente vai tornando evidente que, como notou Einstein, o homem para sobreviver precisa de reformular a sua forma de pensamento. Também Jaspers não hesitou em afirmar que todo o nosso sistema de pensamento deve ser reformado e que, para o homem da idade atómica, a alternativa é evolucionar ou morrer. Diz-se que os físicos foram obrigados, em vinte anos, a refazer três ou quatro vezes a sua perspectiva, mas esse esforço é modesto quando comparado com a necessidade de constantemente refazer o entendimento do mundo das relações humanas.

(*) Conferência proferida na cidade de S. Salvador da Bahia, em 10 de Junho de 1968, Dia de Portugal, no Gabinete Português de Leitura.

2. Neste mundo das relações humanas assume particular relevância tudo quanto respeita à articulação e comedimento de todos os poderes políticos do mundo, subitamente postos em contacto sob o signo da explosão tecnológica. A Segunda Guerra Mundial demonstrou que nenhuma busca de um processo de organização de um país pode dispensar o estudo da sua articulação com o conjunto do mundo. Como foi notado, parece ter um simbolismo cheio de significado o facto de, em 1954, num Congresso realizado em S. Paulo, a expressão *Economia Humana* ter substituído a clássica expressão *Economia Política*. É que, segundo o economista François Perroux, o problema que se enfrenta é o de desenvolver o homem integral e todos os homens, sem diminuir nenhum sector nem qualquer grupo humano. É certo, porém, que o desajustamento económico traduz apenas um detalhe do desajustamento geral do mundo. Por isso são tão ansiosas as buscas de novos arranjos, de espaços diferentes, de blocos inesperados, de zonas sem passado, tudo prefigurando uma nova geografia dos continentes que se vão chamando mundos: mundo africano, mundo árabe, mundo asiático, mundo americano.

Sofre-se, ao mesmo tempo, o crescimento sem precedentes do papel do nacionalismo no mundo e a evidência das limitações progressivas das independências nas formas tradicionais. Vive-se a concentração da riqueza e da força nas sociedades industrializadas do norte do mundo, e, ao mesmo tempo, a sua debilidade em face das sociedades agrárias sem força atómica e sem astronáutica. A técnica e a ciência ocidentais afeiçoam a totalidade da terra, mas, ao mesmo tempo, o seu lar originário tende para ser ignorado e até destruído pelos que, em Bandung, em Colombo, em Caracas, em Addis Abeba, em Nairobi, no Cairo, em Havana, se vão encontrando de tempos a tempos para definirem um património de queixas onde não cabe nenhum agradecimento.

Aconteceu a todas as formas de viver, a todas as experiências sem história coincidente, a todos os povos que se ignoravam no passado, serem conduzidos para uma necessária vida em comum sem conhecerem as respectivas diferenças. Daqui a evidência de que o grande problema de todas estas contradições seja realmente o da necessidade de todos aprenderem a viver juntos sendo diferentes.

Um aspecto irrecusável desta angustiosa problemática é que a mesma geração que viveu o condicionalismo do isolamento está obrigada a pensar, a entender e a definir o condicionalismo da socialização do mundo. Porque, em verdade, já não se trata de pensar e viver em conjunto com alguns dos homens condicionados pela mesma história, pela mesma etnia, pela mesma religião, mas sim de pensar e de viver em comum com todos os homens, de todas as etnias, de todas as culturas, de todas as crenças. Abstraindo dos detalhes e não obstante a sua diferente origem, a sua diferente experiência, a sua diferente ocupação, é a mesma angústia que se encontra em Einstein, Teilhard, Toynbee, Huxley, Oppenheimer, Jaspers, Louis Armand, todos em busca de um pensamento humano, de um método de

pensar que, ao mesmo tempo, tenha as dimensões do cósmico e do humano. Todos eles sabem que a evolução dos quadros do pensamento não acompanhou a evolução dos quadros da técnica, porque esta foi mais rápida. Comunidades vastíssimas, que durante séculos viveram isoladas, foram subitamente confrontadas pela penetração das técnicas levadas por outros povos, e obrigadas a comungar na inquietação causada por problemas que não supunham serem também seus. Para muitos, mas não para tantos quanto seria necessário à paz do mundo, a atitude humana adoptada, aquela que por exemplo recomendou o Papa João XXIII, foi a de procurar os pontos de convergência que possam constituir a cadeia de solidariedade entre todos, para além das inevitáveis perturbações causadas pela troca de padrões que está na base do enriquecimento de todos os grupos. Esses não desejaram que se perdesse nenhuma raiz da vitalidade humana e acreditam que os traumatismos e ressentimentos são as folhas destinadas a morrer de uma árvore que floresce cada ano. Outros, porém, julgaram que os homens têm a mesma aparência mas não são iguais e que a inevitabilidade dos conflitos só tem como solução a guerra e a destruição recíproca, em nome das ideologias, em nome das raças, em nome da cor, em nome do nacionalismo, em nome da fome e às vezes em nome de nada. Por isso, é tão frequente a interrogação que se traduz em saber se existe ou não um meio qualquer de suscitar uma consciência universal capaz de dirigir o género humano para o serviço do seu bem comum. Um bem comum do qual as tarefas da paz parecem suficientemente difíceis e prementes para que não possa deixar de entender-se que falta o tempo para fazer a guerra. Como notou o Abbé Pierre, em todos os lugares, todos, ao mesmo tempo, vêem tudo, neste mundo socializado em que nos encontramos. E vendo tudo não lhes escapa o absurdo da destruição sistemática, pela guerra, dos bens cuja produção urgentemente se procura acelerar para a satisfação das carências de todos.

3. Talvez o mundo não seja hoje mais rico em contradições do que no passado, mas certamente que nunca no passado as contradições foram tão simultâneamente comparticipadas. Diálogos impensáveis há escassos anos, desenvolvem-se hoje interminàvelmente, por exemplo, entre marxistas e espiritualistas, entre crentes e não crentes, entre sociedades industrializadas e sociedades agrárias, entre o Ocidente e os outros. Separados antes, abismam-se perante as suas diferenças, que descobrem como um obstáculo para a convergência que lhes permitiria integrar-se no movimento de desenvolvimento comum do género humano, compartilhar os benefícios do saber e do saber fazer, construir a segurança moral, viver em paz. Uma paz que é corolário da tomada de consciência da unidade da espécie humana, uma unidade de espécie humana que assenta, ou deve assentar, na certeza de que cada homem é um fenómeno que não se repete e ao

mesmo tempo ligado a cada e todos os outros homens, ligado à totalidade da criação.

Quer dizer que a problemática que rodeia a necessidade de sermos diferentes e vivermos juntos corresponde àquela característica que Henry Prat atribui à vida e que é a da tendência para a simultânea uniformização e para a originalidade. É na primeira linha que se inscreve a tomada de consciência da unidade a que Chardin se referiu com inexcedível poesia. Trata-se de uma noção que hoje pode considerar-se geralmente aceite, e encontra-se na capacidade que o homem tem de viver por toda a parte, um dos sinais da sua superioridade. A velocidade à qual se desenvolve a interdependência de todos implica que todos somos vizinhos: europeus, africanos, asiáticos, brancos, pretos e amarelos. Por isso é inevitável a necessidade de pensar os problemas numa escala mundial, de agir na mesma dimensão.

4. É neste esquema de uniformização e de originalidade, da interdependência e da diferenciação, que, para além das contingências das relações estaduais quotidianas, convém meditar sobre o destino de um conjunto de valores que exprimem certa maneira lusíada de responder aos desafios do mundo e da vida, e aos quais aconteceu estarem à guarda de dois poderes políticos independentes. Já vimos a importância que teve na nossa época o encontro, que raras vezes foi reencontro, de povos e culturas mùtuamente desconhecidos, não obstante a intensa actividade integradora desencadeada pelo movimento português das descobertas. A evidência das diferenças não lhes tem permitido sempre reconhecerem-se iguais em todos os domínios em que o legado da humanidade é o mesmo. A atitude agressiva, que decorre da falta de um convívio integrador no passado, vai rodeando de muitos destroços escusados a experiência de uma nova idade que muitos adivinham, ainda que seja impossível defini-la.

Essa agressividade destruidora parece o sinal de um pânico nascido de ignoradas experiências, e que receia a perda da originalidade que o isolamento podia preservar. Esta reacção, a mais pobre de todas as possíveis, por ser a que mais destrói e menos acrescenta, ignora que a comunhão diferencia, que a solidariedade enriquece, que a originalidade ganha com a interdependência. É grave que os problemas de todos sejam pensados em termos de agressão recíproca, mas é certamente uma fonte de esperança que todos procurem, com as suas perspectivas diferentes, europeias, africanas, americanas, orientais, contribuir para a resolução das dificuldades comuns. Contribuir antes de mais para entender que a marcha do mundo para a unidade não aconselha a destruição de solidariedades já estabelecidas, o corte de convívios definidos pela história, o desconhecimento das vocações integradoras, o levantar de barreiras entre as etnias, a decomposição dos agregados políticos integrados que prefiguram a maneira de viver em paz que se deseja que venha a ser uma das características da nova idade.

Se temos de aprender, os homens e as nações, a pensar na unidade com o respeito pelas diferenças, os modelos integrados já existentes devem ser considerados como um degrau sólido nessa escalada difícil.

Esta atitude, que deve ser o resultado de um esforço desejável da parte dos povos e dos grupos que foram encaminhados para um encontro em processo, parece dever ser, por outro lado, com naturalidade, o ponto de partida daqueles que apenas se reencontram, inevitàvelmente semelhantes, carregados de história comum, irremediàvelmente marcados pelos mesmos modelos de conduta, ricos da mesma experiência. Uma experiência que constitui um elemento valioso do património geral da humanidade, que, ao contrário de encarar com atitude de conflito os povos diferentes, procura soluções fraternais de convívio. Quando, ao examinar a história de mais de um século, verificamos como a imagem recíproca destes dois povos, Portugal e Brasil, pôde evolucionar e definir-se perante o descaso dos poderes, não é sem emoção que podemos verificar que, nos grandes espaços a ambos conflados, por dentro das coisas, foram os mesmos valores que inspiraram a preservação da unidade e o desenvolvimento humano. Certamente com alguns erros, pagando sem dúvida o tributo da condição humana, mas evitando, nessas áreas de paz geral, os tributos de incalculável dor com que, noutras áreas, quotidianamente, hoje mesmo, dentro das nações ou na fronteira das nações, se está pagando o erro de não saber que todos os homens são iguais.

5. A muitos parecerá excessivo falar de reencontro quando se trata de examinar e de meditar a atitude possível de Portugal e do Brasil, um em face do outro, ambos em face do mundo. Mas a expressão talvez pareça apropriada se meditarmos na diferença essencial entre a tábua de problemas que nos disseram respeito no passado e aqueles que definem a conjuntura actual. É possível ainda que a outros pareça que a tábua dos problemas que definem a conjuntura, justamente pelo seu universalismo, pelo facto de os mais prementes serem comuns a toda a humanidade, não tem o carácter de uma problemática comum aos dois povos por se tratar de uma problemática mundial. Aqui, porém, parece-nos evidente que a generalidade dos problemas gravíssimos que afectam a totalidade do planeta, e que representam ou exprimem a marcha para a unidade e para a uniformização, torna clara e aguda a necessidade de preservar a originalidade, aquela outra tendência que tanto enriquece o mundo, a diferenciação que a comunhão pressupõe. Quando, não há muitos anos, ainda na vida da geração a que pertencemos, os sistemas políticos e culturais viviam num isolamento que as circunstâncias ou impunham ou favoreciam, a preservação da originalidade parecia às vezes poder ser confiada à simples natureza das coisas, frequentemente com prejuízo de uma renovação criadora. Mas hoje, em face da complexidade crescente das relações entre os Estados, os povos, as culturas e as regiões, a participação no processo de desenvolvimento geral, com preservação da origi-

nalidade, exige uma redefinição de atitudes. Não é mais possível confiar na simples natureza das coisas, uma maneira de dizer que esconde a passividade, o imobilismo, a incapacidade de respostas novas. A nossa época exige uma filosofia de acção, que é no começo uma busca de nova forma de pensar, que muitas vezes é um processo de dissolver as dúvidas, e que é sempre o caminho que nos ficou aberto para participar na construção do mundo. Parece evidente que, se o grande problema do nosso tempo é que os que são diferentes aprendam a viver juntos, não pode haver hesitações sobre que o caminho para a acção daqueles que são semelhantes é o de enfrentar solidários as tarefas da preservação da sua originalidade e contribuição para as soluções gerais. Uma solidariedade aconselhada pelo interesse, porque é inteiramente nova a problemática que enfrentamos.

Em primeiro lugar, a socialização do mundo que definitivamente destruiu aquele isolamento preservador que ficou referido. O mundo tende para a unidade e caracteriza-se pela planetização dos fenómenos. Deixou de haver regiões, povos, governos ou acontecimentos indiferentes para o resto da humanidade. Ao mesmo tempo que a unidade do mundo se torna evidente, a trama das relações internacionais adensa-se. Esta modificação é simultâneamente quantitativa e qualitativa. É quantitativa porque se multiplicam os pontos de contacto, os interesses comuns, os motivos de convergência e de divergência. Multiplicam-se também as frequências de repetição desses atritos e cooperações. É ainda evidente que a marcha para a unidade do mundo vem acompanhada de uma proliferação dos centros de decisão, muitos deles políticos, mas sendo também sem conta os de natureza científica, cultural, financeira ou simplesmente ideológica. É mais evidente quase sempre a proliferação dos centros políticos com a dignidade de Estados, mas tem de reconhecer-se que é crescente a importância dos centros de decisão que não têm essa natureza. Basta pensar no fenómeno que temos chamado de internacionalização da vida privada para logo se ver como mudou de forma substancial o teor das solidariedades no mundo. Os nossos vizinhos nas tarefas do espírito, da construção do mundo, e também da negação do espírito e da destruição do mundo, vivem não importa onde, mas estão sempre perto. A totalização deste processo complexíssimo escapa inteiramente aos órgãos tradicionais de previsão e de autoridade, pelo que, nesse sentido, bem pode dizer-se que a socialização do mundo vem acompanhada da valorização participante de cada homem, cada um deles sendo um ponto de convergência dos problemas de todos e influenciando os problemas de todos.

Esta multiplicação não esgota a totalidade do fenómeno, porque é necessário acrescentar-lhe pelo menos a multiplicação qualitativa das relações entre todos e cada um dos centros que ficaram referidos. Crescem, no domínio da técnica, da ciência, da saúde, da economia, e também da guerra, e da guerrilha, e da subversão, os problemas que antes, indiscutivelmente, pertenciam à jurisdição interna

dos Estados. Mas são problemas que hoje excedem as possibilidades de decisão e de domínio dos poderes tradicionais, reclamam a cooperação e a solidariedade, não deixam alternativa que não seja ou a frente comum ou o perigo mortal. Antes da Última Grande Guerra a tarefa conservadora dos Estados detinha um grande lugar no campo das suas preocupações, mas agora, em face das aceleradas mutações a que assistimos, até a tarefa de conservar exige uma rasgada atitude inovadora.

Temos procurado exprimir esta situação falando na lei da complexidade crescente das relações internacionais. Julgamos que exprime com rigor o ponto crítico que nos aconteceu viver. Sendo nós, portugueses e brasileiros, herdeiros do mesmo legado, assentando em alicerces comuns a afirmação das nossas respectivas originalidades, tudo nos encaminha, a razão, a história, a experiência, e também o interesse, no sentido de compreender a linha geral da marcha do mundo e de enfrentar em comum a defesa de uma cultura que é a de todos.

6. A defesa de uma originalidade lusíada, que comporte uma diferenciação enriquecedora das contribuições privativas de Portugal e do Brasil, deve ser, pois, definida em face de uma conjuntura que não tem equivalentes no passado. Em primeiro lugar, deve acentuar-se o fenómeno da planetização dos centros de poder, que equivale ao fim do governo do mundo pelo Ocidente e particularmente pela Europa. Quando, em 1907, se procedeu à aprovação da 12.ª Convenção de Haia, já a Espanha tinha sido derrotada nas Américas, e já a Rússia tinha sido vencida no Oriente. O mais velho e o mais novo dos mundos chegavam à cena mundial, e assim também se iniciava o fim da direcção exclusiva do mundo pelo Ocidente. A grande descolonização do século XIX pode ser entendida como uma forma de descentralização ocidental do governo do planeta, de tal modo que, se o poderio individual de cada antiga metrópole se alterava, a força do todo mantinha-se e até, de algum modo, se acrescentava. Nas grandes conflagrações que se seguiram, em 1914 e em 1939, cidadãos das metrópoles e das antigas colónias encontraram-se a morrer do mesmo lado pela sobrevivência dos mesmos valores. Mas as coisas são diferentes nesta época, visto que se planetizou a descentralização dos centros de poder ao mesmo tempo que a disputa entre as concepções do mundo e da vida assume a mesma dimensão. A conjuntura que imediatamente antecedeu a nossa também conheceu durante algum tempo, pelo menos o da curta duração da Pentarquia, uma disputa ideológica que todavia ràpidamente se descaracterizou. Como o território desempenhava um papel fundamental na definição da força do Estado, os territórios mudavam ocasionalmente de poder, mas este era sempre orientado pela mesma concepção do mundo e da vida. As guerras não tinham o carácter existencial de agora em que não se procura apenas vencer os adversários, mas sim e também destruí-los e aos valores que representam. É a própria concepção da vida privada, tudo o que diz respeito

àquela vida essencial que decorre com o Estado ou sem ele, que está posta em causa. E está posta em causa perante uma tendência para o bipolarismo que esmaga o pluralismo enriquecedor que orientou a salvaguarda das contribuições culturais de todos os grupos, grandes ou pequenos. Não se trata, ou não se trata apenas, da relação eventualmente conflituosa entre poderes políticos com uma dimensão que não tem equivalente no passado, relação que muitas vezes se salda em perdas de terceiros. Do que principalmente se trata é da ameaça que essa disputa representa para as concepções tradicionais do mundo e da vida que animam os povos alheios a tais conflitos, sempre em risco de verem agredidos, até sem intenção, mas também com intenção, alguns dos valores que representam a sua contribuição original para a construção do mundo.

Não faltam exemplos apavorantes de lugares onde as gentes, a casa, o templo, a terra cultivada, a maneira de fazer e o saber, ficaram aniquilados como resultado da disputa planetária orientada por concepções ideológicas incompatíveis. Depois desse esmagamento pavoroso, que inevitàvelmente nega o esforço secular de muitas gerações para encontrar e exprimir uma maneira de colaborar na construção do mundo, este fica mais pobre. Sempre se inventarão outras maneiras de amar, de trabalhar e de rezar, mas aquelas ficarão a faltar no inventário geral do esforço humano. Por cada vela que se apaga, há menos luz no mundo; por cada homem que se cala, há uma hipótese de poema que se perde; por cada prece que se evita, há um milagre que se pode ter perdido. E todavia isto acontece em cada dia.

Mas também acontece que, para além desse esmagamento existencial que anda ligado à guerra, o pluralismo está ameaçado pela concentração do poder técnico e científico em menos pólos. São pólos de atracção e de irradiação que tornam progressivamente mais dominante a tendência uniformizadora a que nos temos referido como característica da nossa época. É uma atracção que em primeiro lugar determina a emigração das inteligências atraídas pelas facilidades de realização individual, e assim subtraídas ao esforço renovador dos seus povos de origem. Vão participar de preferência nos processos de uniformização da vida, abandonando a linha de originalidade da sua cultura materna. A inquietação revelada neste domínio, e tão frequentemente, pelos responsáveis, corresponde à importância do facto. Por outro lado, e para além dessa colheita permanente e geral de valores, tais centros tendem para monopolizar a criação de modelos pelo simples facto de possuírem com exclusividade os meios necessários à investigação fundamental, à experimentação e à realização. As experiências frustradas cifram-se muitas vezes em perdas que arruinariam a vida financeira dos Estados que não podem enfrentar uma participação autónoma nessa actividade. De tudo resulta que a internacionalização dos problemas, um traço tão característico da nossa época, diz respeito a um domínio que ultrapassa em muito o da esfera dos interesses políticos imediatos, ou de lutas entre poderes políticos. Essa internacionali-

zação, que está no pendor da interdependência geral, que acompanha a socialização do mundo, também diz respeito à vida privada em que se situa o círculo de acção, mesmo pequeno, que corresponde à autonomia e capacidade de cada homem e de cada instituição, todos e cada um inquietamente participantes nos problemas de todos. Essa internacionalização manifesta-se negativa e positivamente, em domínios de investigação fundamental e aplicada, na criação dos modelos da técnica, no saber e no fazer. Em todos os domínios, a força de cada um depende da comunhão, a salvaguarda e desenvolvimento da individualidade apoiam-se na interdependência.

7. Na convicção de que o pluralismo é um valor irrenunciável da nossa maneira lusíada de estar no mundo, parece-nos evidente que a necessidade de enfrentar este condicionalismo implica que o reencontro luso-brasileiro se faça com a determinação de salvaguardar a nossa originalidade, e com a intenção de preservar, para o bem comum do género humano, alguns padrões culturais que criámos e constituem uma contribuição insubstituível. Quando se repara na generalização da violência no mundo, quando se verifica que são já milhões os homens mortos depois da Última Grande Guerra em consequência dos desajustamentos que a evolução fez entrar em conflito, tem de reconhecer-se que as áreas de soberania lusíada representam uma zona de paz que vale a pena preservar, e também não parece difícil aceitar e subscrever algumas das conclusões importantes do II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa que filiam na capacidade de convergência étnico-cultural a razão essencial dessa paz. As conclusões, que merecem ser relembradas, são as seguintes:

«Considera característico do mundo lusíada a superação da pura condição étnica por uma condição étnico-cultural, cuja dinâmica se revela na evolução das sociedades mistas que constituem e resultam, simultâneamente, de fusões étnicas e interpenetrações culturais. Por isso, as origens europeias dos povos de formação portuguesa são sempre completadas pela influência material e humana das condições de vida e das populações tropicais, sem que a qualquer dos *stocks* biológicos intervenientes na miscigenação necessàriamente se devam atribuir virtudes étnicas superiores às dos demais. Deste modo, o Brasil vem realizando — na Amazónia como em outras áreas — a transferência para dimensões imensas das mesmas constantes que se encontram expressas, de modo desigualmente vigoroso mas sempre significativo, em Goa, em Malaca, em Timor, em Cabo Verde, em S. Tomé e, em geral, na África ou na Ásia Portuguesa.

Sugere às entidades científicas e culturais do mundo lusíada que concorram, activamente, para uma eficiente manutenção dos modelos culturais e institucionais referidos na recomendação anterior, e, a propósito, afirma a sua convicção de que Macau, dentro das tradições da tolerância e convivência que lhe deram

especial relevo cívico, continua como exemplo de convergência de etnias e culturas diferentes e se poderia transformar progressivamente numa das grandes unidades culturais do mundo, inclusive como centro de levantamento da história do Extremo Oriente.

Aplaude todas as medidas tendentes à promoção social e económica dos membros das comunidades de cultura portuguesa, como meio de os tornar cada vez mais aptos a participar eficazmente na conservação e valorização do nosso património cultural, dentro de esquemas de desenvolvimento comunitário actuando como condicionantes de uma espontânea convergência étnico-cultural.

Recomenda que se realize uma mais ampla análise interdisciplinar das raízes étnicas da população portuguesa, em ordem a efectuar-se, deste modo, a adequada revisão científica das raízes biológicas dos portugueses da Europa (com especial referência quanto aos das ilhas adjacentes) e o estudo dos quadros regionais de miscigenação, realizados, ou em curso, na área tropical. Cabo Verde, Moçambique, Macau e Amazónia apresentam-se como subáreas merecendo exame prioritário, neste mundo que os portugueses criaram, e brasileiros e portugueses estão actualmente a continuar. Igualmente interessaria uma adequada investigação histórica acerca do papel dos indivíduos que, por deslocação forçada, intervieram em especiais processos de contacto de culturas que têm tido lugar em mais de uma das subáreas de influência lusíada.

Para realização da recomendação anterior, recomenda-se que se estude em conjunto:

— a existência de áreas em que se faz sentir a presença dos portugueses e luso-descendentes, conservando a língua originária como principal padrão cultural;
— as razões por que se formaram e subsistem essas comunidades, caracterizando-as dentro do contexto cultural e social das sociedades globais em que se inserem;
— a persistência, nessas comunidades ou em outras não primeiramente portuguesas, de valores culturais de raiz lusíada, mantidos não apenas pelos luso-descendentes mas também por segmentos da respectiva sociedade global ou até por toda ela;
— os motivos por que estes valores se implantaram, transculturaram e persistem;
— as perspectivas de manutenção desses valores, dentro do processo em que tais sociedades se desenvolvem, em relação e convivência com diferentes grupos;
— as relações étnicas verificadas nas diversas áreas, examinando os processos e resultados da miscigenação e os tipos humanos oriundos dela.

Os estudos sugeridos devem ser planejados por instituições de alto nível científico, em Portugal e no Brasil, com a colaboração das suas congéneres em outros países ou áreas interessadas. E é aconselhável que, uma vez obtidos os meios para tanto necessários, a União das Comunidades de Cultura Portuguesa tome sobre si o encargo de dar início aos trabalhos desse planejamento e procure orientar unitàriamente a sua execução.»

«*Considera* basilar uma acção coordenada a desenvolver no sentido de formar e movimentar a opinião pública, no conjunto português e no Brasil, de modo que urgente e generalizadamente se crie o clima de unidade e autenticidade sobre o qual deve apoiar-se a concretização prática da Comunidade Luso-Brasileira. Dando todo o valor aos aspectos educacionais que envolve, muito especialmente no que diz respeito ao ensino primário, essa acção deve procurar obter, quanto antes, a rectificação da imagem recíproca de Portugal e do Brasil, e a sua projecção na esfera internacional.

Para tanto, *recomenda* a criação, no sector privado e no sector público, dos instrumentos e serviços votados a atingir estes objectivos gerais.

Considera que o estabelecimento da Comunidade deverá sempre ter em conta as seguintes condições, que se afiguram fundamentais:

— deve ser apolítica, ou seja, independente das políticas internas de Portugal e do Brasil;
— deve ser autónoma e, portanto, independente de interesses de terceiros;
— deve ser globalmente solidária perante interesses alheios.

Recomenda que, para realização dos objectivos fixados nas conclusões anteriores, seja dada consideração especial ao sector da informação. Entre as medidas concretas para tal necessárias, sugere o intercâmbio de jornalistas, bem como a troca e difusão do maior número possível de publicações com interesse positivo para realização desses objectivos.

Julga urgente e do maior valor para o desenvolvimento da Comunidade o estabelecimento ou o incremento das comunicações marítimas e aéreas entre o Brasil e todos os territórios portugueses.»

«Considera fundamental estabelecer uma política idiomática a fim de conservar a unidade superior da língua portuguesa, dentro da sua natural diversidade. Para se manter o salutar estado presente de entendimento mútuo, torna-se necessário estudar, em profundidade, o complexo processo de evolução do português contemporâneo, o que exige a criação de um órgão interuniversitário e supranacional, como foi reconhecido no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros e no I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, ambos realizados em Coimbra, o primeiro em 1963 e o segundo em 1697.

Sugere que esse órgão de estudo, documentação e informação seja denominado «Instituto Camões» e que sejam definidas como suas finalidades principais:

— Recolher de forma adequada:

— os dados que interessam à documentação dos falares de todas as áreas compreendidas no domínio da língua portuguesa;
— os trabalhos relacionados com o estudo e o ensino do português contemporâneo, quer para nacionais quer para estrangeiros;
— os dados fornecidos pelas pessoas ou entidades que, dentro e fora dos países onde se fala a língua portuguesa, se dedicam ao estudo e ao ensino deste idioma.

— Promover os estudos necessários:

— à manutenção dos sistemas da língua, visando a evitar as rupturas que possam impedir a compreensão entre os falantes das diversas áreas;
— à simplificação e modernização do ensino do idioma, dentro e fora das áreas em que é falado;
— à uniformização, nos sectores em que for possível, das nomenclaturas científicas;
— a inquéritos estatísticos e levantamentos de centros de interesse sobre a língua falada, para a elaboração do português *fundamental*, objectivando fins didácticos, principalmente nos casos em que o português não é a língua materna dos que o estudam.

— A essas finalidades prioritárias se acrescentariam outras, como a publicação de atlas linguísticos e vocabulários regionais, tudo visando à elaboração de um tesouro lexicográfico da língua portuguesa.

Regista com satisfação a concórdia hoje existente entre os filólogos portugueses e brasileiros, que constitui uma garantia de que os factos da língua serão, de ora em diante, estudados com objectividade e de que serão encontrados os caminhos científicos para se preservar e consolidar a unidade idiomática. Manifesta a sua esperança que no II Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, que se realizará no Brasil em 1968, sob os auspícios da Universidade Federal do Rio de Janeiro, se aprove uma ortografia uniforme e uma nomenclatura gramatical para todo o domínio da língua portuguesa.

Recomenda que o português, como língua moderna, seja unificado na liturgia.»

8. O princípio da dignidade do homem implica a convicção e a determinação no sentido de que não devem esperar-se todas as coisas do poder. A internacionalização da vida privada, fenómeno em que insistimos, torna cada vez mais evidente a projecção das acções puramente individuais ou das instituições privadas, que vêem definir-se perante si uma responsabilidade objectiva, ainda que não querida, pela acção e pela omissão que adoptem. Cada vez mais parece impossível deixar de aceitar a necessidade de corresponder a essas exigências e inaceitável transferir sempre para outrem a culpa da inactividade. Como já temos dito, o serviço dos valores não tem de esperar por exemplos que venham de cima ou do lado. O que é necessário fazer, com toda a simplicidade, é começar a agir, cada um dentro do seu domínio, na certeza de que nenhuma acção é perdida mesmo quando fica ignorada. Pensamos que o principal papel, no domínio institucional, e em face da polarização que ficou referida nos domínios da ciência, da técnica e da cultura, deveria pertencer às universidades. A conjugação de esforços deveria ser global dentro do espaço lusíada, porque, se já ninguém pode caminhar sòzinho, parece avisado que os que se reencontram, sendo semelhantes, reúnam os esforços para salvaguardar as vias da sua originalidade. Tributários todos os povos uns dos outros, é na preservação dessa originalidade que se encontra também o caminho da contribuição para o aumento da riqueza comum.

O prognóstico da evolução da conjuntura é incerto; o destino final das obras humanas é imprevisível; a duração das marcas com que se vai contribuindo para a construção do mundo pode ser efémera: mas justamente porque são insondáveis os destinos da humanidade, não há desvantagem em continuar a lavrar os campos mesmo temendo que o mundo acabe amanhã.

SUMMARY

FOR ONE LUSO-BRAZILIAN CONVERGENCE

According to Ortega in the atomic age man must develop or die. It is said that physicists have three or four times made over their points of view in the last twenty years, but that is a small effort compared to the constant need of remaking the understanding of human relations.

In the world of human relations, the world's political powers are of special importance when in contact with technologic expansion.

The second World War should that no system of organization in any country can do without the study of relations with the whole world.

The evolution of thought did not keep up with the evolution of technics as this was swifter. Large communities who for centuries had lived isolated were suddenly faced with mechanics brought by other peoples.

The author points out the obsurdity of systematic destruction in the war of those very things the production of which is urgently speeded up for the good of all.

Perhaps there are to-day no more contradictions than in the past. That is a fact everywhere man lives.

In a scheme of uniformization and originality of mutual dependence and differentiation, it is suitable to meditate on the destiny of that accumulation of values which represent the Portuguese answer to the challenge of life and the World.

An aggressive attitude for lack of good relations in the past, is gathering a needless wreckage round the experience of a new idea which many may gess though it is impossible to define.

When we read the century's history of Portugal and Brazil, we observe that it has developed despite the indifference of authorities and we can see that in the wide spaces held by both, human development and unity were preserved by the same moral values.

According to the author, the great problem of our time is that those who are different should learn to live together.

At the time when the need for the unity of the World is evident, international relations become more dificult.

The defense of Lusitanian originality with the enrichning diference of those particular contributions of Portugal and Brazil must be defined at an historical moment which has no equivalent in the past.

The author emphasizes that peoples who have nothing to do with any struggles risk being attacked, intentionaly or not, in that which represents their original contribution to the welfare of the World.

The author points out that when we think of the violence which goes on in the World, at the millions dead after the last war, we must recognize that the territories of Lusitanian sovereignty enjoy a peace worth preserving.

The author agrees for ethnic-cultural reasons with the conclusions reached by the 2nd Congress of the Communities of Portuguese Culture.

The author ends by saying that there should be a joining of efforts in Lusitanian countries, for if no one is now able to walk alone, it seems wise that those who are similar should unite their efforts to safeguard their way of life.